

A
velha
Vitória
à beira
da morte

A) 20362

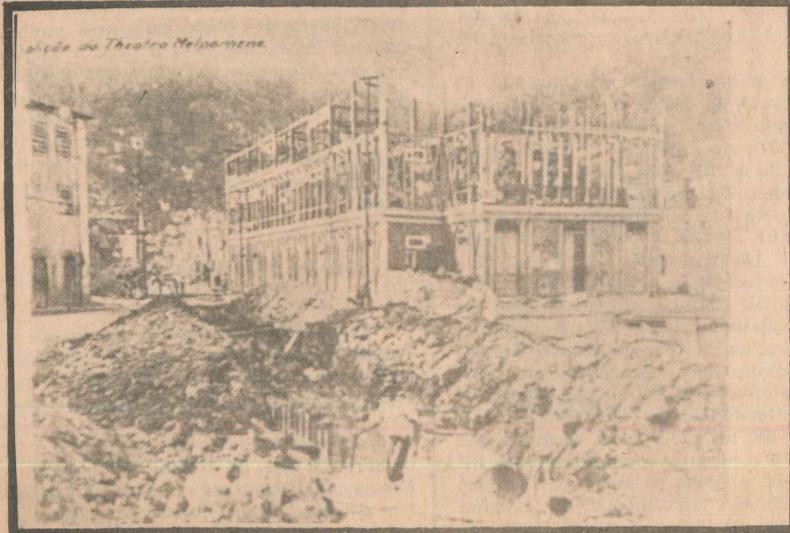
As poucas
casas antigas
de Vitória
estão desaparecendo
com o passar dos anos

ou se podia — de cidade
presépio do Brasil.

É tudo isso começou nos
tempos em que Florentino A-
vidos administrou Vitória, na
época uma pequena cidade,
mesmo que fosse a terceira
mais velha do país. Obras, re-
formas, novas construções,
tudo foi fazendo a cidade se
transformar no que é hoje. O
que ainda resta das antigas
construções do século passado
é muito pouco se levarmos em
consideração a nossa tradição.
Mesmo o que foi feito há
poucas décadas já se encontra
praticamente destruído pelo
tempo e pela falta de conserva-
ção.

Alex Fernandes

A cada dia que passa a cida-
de cede lugar à moderni-
zação e pouco a pouco as
construções antigas vão caindo
por terra, surgindo modernos
edifícios arranha-céus que mo-
delam o que se pode chamar —



Demolido na década de 20, o Teatro Melpômene
cedeu suas colunas de ferro para o Teatro Carlos Gomes

“**A**sumindo a administração
cã o manteve o mesmo
plano de melhoramentos
e de forte incremento aos tra-
balhos, fazendo para eles con-
vergir o melhor de meus esforços
no intuito de terminar o quanto
antes o incômodo período de
demolições e construções. Pro-

dos com fachadas, sacada de ferro
batido e portas altas.

Entre os prédios mais antigos
da cidade está o do hotel Europa,
na avenida Jerônimo Monteiro.

Estimã-se que a obra tenha por
volta de 200 anos. A fachada, hoje
dando para o grande movimento



à sorte e à boa vontade dos
proprietários e em segundo lugar
pela falta de modernização o que se
faz presente no local.

Na praça Costa Pereira outro
bar, este mais velho ainda, o Café
Moderno, antigamente era
grande, confortável e luxuoso,
com mesas de mármore, detalhes
feitos a mão e espelhos. Hoje nada
disso mais existe a não ser um pe-
queno boteco que para sobreviver
teve que vender uma parte da
casa, transformada em loja de
artesanato.

No entanto, quando ninguém
via utilidade no antigo mercado
da capixaba ele foi reaberto nos
últimos dias e transformado em
teatro, uma ótima utilização já
que assim preservou a obra e pode
servir ao mesmo tempo como
uma casa de divulgação artística,
em grande falta na cidade.

“Assumindo a administração manteve o mesmo plano de melhoramentos e de forte incremento aos trabalhos, fazendo para eles convergir o melhor de meus esforços no intuito de terminar o quanto antes o incômodo período de demolições e construções. Procurando atenuar tais incômodos executei simultaneamente com as demolições a parte do contrato de 1º de setembro de 1922, em que o Estado se comprometia a fazer casas para os funcionários e operários”.

O trecho acima foi retirado de um escrito de Florentino Avidos, Mensagem Final, onde se constata que seu plano geral de governo visou não somente à ampliação da cidade como também o seu embelezamento. “... A administração Florentino Avidos marcou o aparecimento do concreto armado, hoje — 1924 — já generalizado em tantas e tantas obras...”.

Por outro lado, a devastação e a descaracterização da cidade assumiam proporções catastróficas, observando sob o aspecto da preservação do patrimônio histórico da cidade, que assim apagava de sua memória os traços do período colonial.

Então começou através do Serviço de Melhoramentos de Vitória, instalado no prédio do velho teatro Melpômene, construído por André Carloni — interditado por um incêndio em 1923 — mudando-se depois para o prédio da esquina da rua Barão de Itapemirim — antiga Oriente — com a avenida Capixaba, que foi o primeiro edifício público concluído pelo Governo em começo de 1925. O Teatro Melpômene, que ficava no antigo largo da Conceição, foi demolido e as colunas de ferro que suportavam os balcões e galerias foram reutilizadas no Teatro Carlos Gomes, construído mais tarde também por André Carloni.

Do pouco que restou de Vitória antiga muita coisa está no centro da cidade resistindo à modernização e à especulação imobiliária. Na rua a Duque de Caxias um dos traços mais marcantes das décadas passadas são os paralelepípedos que naquele trecho acompanham alguns sobra-

dos com fachadas, sacada de ferro batido e portas altas.

Entre os prédios mais antigos da cidade está o do hotel Europa, na avenida Jerônimo Monteiro.

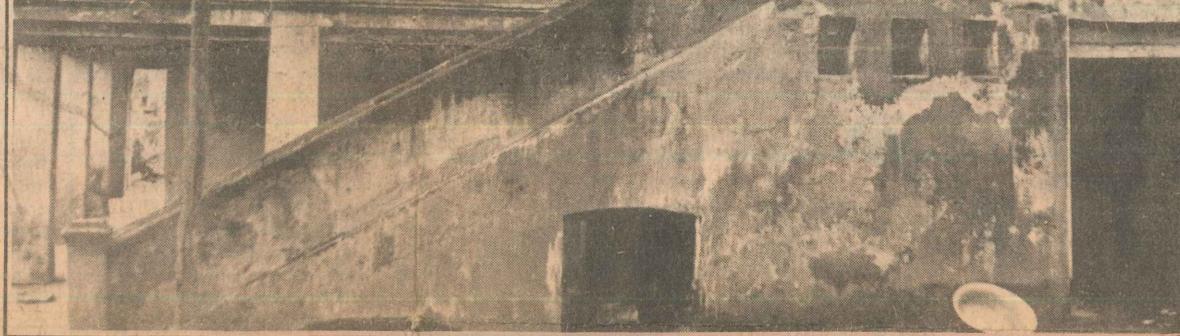
Estima-se que a obra tenha por volta de 200 anos. A fachada, hoje dando para o grande movimento da avenida, oferecia antigamente uma vista para o mar. A conservação interna não é das melhores e até mesmo o reboco não está em boas condições. Os proprietários do hotel desconhecem a história do prédio.

Há pouco tempo foi reaberto o Solar Monjardim, hoje recuperado e apresentando relíquias do século passado. A casa, localizada na avenida Paulino Muller, em Jucutuquara, atualmente fica aberta para o público.

DESENVOLVIMENTO

A falta de espaço físico foi o fator condicionante para que a cidade, com o inevitável crescimento, destruísse o que era velho em prol do progresso. No início do século a cidade se desenvolveu da seguinte forma: no centro foi aberta a rua Dom Fernando e edificado o viaduto Caramuru, possibilitando a comunicação com a rua Francisco Araújo, ligada ao flanco do Palácio por uma extensão denominada Comandante Duarte Carneiro. As ruas Primeiro de Maio, Jerônimo Monteiro, parte da Duque de Caxias, Sete de Setembro, 13 de Maio, Azambuja, Baltazar e Coronel Monjardim foram alargadas com recursos e demolições de várias construções antigas.

Em 1924 foi formado o bairro de Jucutuquara. Nasceu com a edificação dos grupos habitacionais da avenida 15 de Novembro, Paulino Muller e das ruas Augusto Calmon, Amâncio Pereira, Barão de Aimorés, Aristides Guaraná e Antero de Almeida. Nos quatro anos de administração de Florentino Avidos foram edificadas as escadarias Maria Ortiz, Cleto Nunes, da Piedade e Nicolau de Abreu, além dos muros de arrimo das avenidas Duarte Lemos e Santo Antônio.



A arquitetura colonial aos poucos vem sendo ocupada pela funcionalidade dos tempos modernos



Três traços de passado? a escadaria da Piedade, a casa antiga na rua Sete de Setembro e o calçamento de paralelepípedos

Sob a regência do comerciante Otávio Índio do Brasil Peixoto, a Prefeitura de Vitória ganhou novo edifício que teve seu projeto elaborado pelo arquiteto J. Pitilick, depois mudando-se para a moderna construção em Bento Ferreira.

Naquela época foram também construídas as primeiras estradas municipais, abrindo ao público as praias de Maruípe, Camburi, Jacaraípe e Carapebus.

Daí por diante a cidade cresceu assustadoramente, fato que se consumou nos últimos 10 anos com a expansão de seu desenvolvimento para os bairros adjacentes como Camburi, Praia do Suá, Praia do Canto ou mesmo para Vila Velha, onde também já

não existem muitos resquícios da arquitetura colonial ou ainda traços que marcaram as antigas administrações.

Na atual praça Oito existia um obelisco construído em homenagem ao IV Centenário do Povoamento do Espírito Santo, mas foi substituído pelo relógio que quase nunca funciona, além de estar em precário estado de conservação. A situação não é muito diferente no viaduto Caramuru: em lugar dos antigos bondes, um estacionamento de carros.

Muita coisa parece que foi esquecida, abandonada e nem mesmo as autoridades tomam uma providência. Por incrível que possa parecer a rua Duarte Lemos não foi muito atingida pela mo-

dernização — talvez pela baixa valorização imobiliária da região — apesar de não haver qualquer cuidado com a manutenção do patrimônio histórico ali localizado. O que se vê são construções caindo aos pedaços, muita sujeira e nem sequer o mínimo de preocupação dos proprietários para que os prédios não sejam deteriorados pelo tempo.

Em geral eles cumprem a função de casas comerciais ou hotéis. Nesse local aparece o bar Santos como um dos mais antigos da cidade, que só resistiu ao tempo e à especulação imobiliária devido a dois motivos: os donos do bar serem parentes dos proprietários dos imóveis, já que naquela época não havia contratos entre locadores e locatários, ficando assim os primeiros

No entanto, quando ninguém via utilidade no antigo mercado da capixaba ele foi reaberto nos últimos dias e transformado em teatro, uma ótima utilização já que assim preservou a obra e pode servir ao mesmo tempo como uma casa de divulgação artística, em grande falta na cidade.

SPHAN

A posição da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), segundo seu representante no Estado, Antônio Carvalho, está no Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937: “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico”, isto em seu primeiro artigo.

Nesse decreto, segundo Antônio Carvalho, consta que todas as obras históricas sob a proteção da Sphan têm que ser preservadas e a qualquer reforma ou modificação a Secretaria deve ser notificada, ficando assim, caso não seja cumprida essa exigência, sujeita a embargo.

O que acontece — conta Antônio — é que muita gente passa por cima da Lei e quando acontece isso nós embargamos a obra. Caso não seja atendido o pedido de embargo, a Sphan através de seus representantes procura a Justiça e cabe ao procurador-geral da República tomar as suas providências. A Sphan nesse caso serve apenas como intermediária.

Quanto a subvenções às obras, a Secretaria só o faz no caso do proprietário comprovar que realmente não tem condições de pagar pela reforma. Caso isso não ocorra a Sphan apenas orienta o proprietário no sentido de não adulterar o valor histórico e manter as mesmas características antigas. “Nas Igrejas por exemplo, nós já vamos reformando. Os padres sempre alegam não ter dinheiro e como já sabemos disso de antemão não esperamos uma resposta negativa, em bora os padres vivam viajando”, comentou Antônio Carvalho.